



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS  
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 141 NÚMERO 3071 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
OUTUBRO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

## Pedro Penilo

Avalia negativamente o governo e afirma que pouco ou nada se tem feito para resgatar a cultura. É um dos fundadores do Manifesto em Defesa da Cultura, uma das organizações que trouxe o setor para as ruas. Pedro Penilo é artista plástico e diz que a luta é para continuar. **págs. 10 e 11**



ANIVERSÁRIO

## A Voz do Operário, um jornal com 140 anos

Foi a 11 de outubro de 1879 que os leitores puderam folhear pela primeira vez as páginas d'A Voz do Operário. Aquele que é hoje o mais antigo jornal operário em circulação, e que deu nome à instituição, assenta

os seus princípios nas razões que nortearam os fundadores deste título. Fiel ao compromisso com os trabalhadores, por uma sociedade mais justa, é um jornal de olhos postos no futuro. **págs. 8 e 9**



## A VOZ DO OPERÁRIO Conviver em qualquer idade

Já se sabe que n'A Voz a diferença não é fronteira e o Centro de Convívio é prova disso. Os idosos que vivem este espaço não vêm para passar o tempo. São parte de uma família de todas as idades. **pág. 3**



## Quatro anos de avanços e bloqueios

Com as eleições legislativas a marcarem o mês de outubro, o balanço de quatro anos de uma solução política que permitiu ao PS governar, condicionado pelos partidos à sua esquerda, revela avanços e bloqueios. Em muitas circunstâncias, o governo usou os compromissos com a UE como justificação para não ir mais longe. **pág. 6 e 7**



## Nós e os Outros: uma peça e um livro

No dia 19 de setembro, no âmbito do *Festival Todos*, os alunos d'A Voz do Operário apresentaram o espetáculo *Nós e os Outros*, encenado por Bruno Cochat. O espetáculo resultou de um trabalho escolar anual em torno do conto *Os Barrigas e os Magriços*, de Álvaro Cunhal, de onde nasceu também a edição de um livro. **pág. 12**



## Brexit: como chegámos aqui?

Se o processo de saída da União Europeia estava agendado para começar a 31 deste mês e acabar a 31 de dezembro de 2020, com o parlamento britânico em ebulição é ainda incerto como se vai dar o Brexit. Certo é que nenhuma das partes quer ceder na batalha por um divórcio que se prevê difícil. **pág. 14**

# 11 de outubro - 140º aniversário do Jornal “A Voz do Operário”

**Manuel Figueiredo,**  
Presidente da Direção

Comemoramos este mês o 140º aniversário do Jornal “A Voz do Operário”.

Nunca é demais recordar que foi em 1879, numa reunião de operários tabaqueiros, em que se debatiam os muitos problemas da classe e se repudiava o facto de os jornais de então terem recusado a publicação de um artigo sobre os seus problemas e reivindicações, que Custódio Gomes proferiu a célebre frase: “Soubesse eu escrever, que não estava com demoras. Já há muito que tínhamos Jornal; bem ou mal, o que lá se disser é o que é a verdade”.

E nessa reunião foi decidido criar um Jornal dedicado às batalhas laborais e à emancipação dos trabalhadores. Um Jornal onde não fosse preciso mendigar um espaço para a publicação de notícias, porque ele próprio estava ao serviço da causa operária.

E assim, em 11 de outubro de 1879 foi publicado o número inaugural do Jornal “A Voz do Operário”, tendo Custódio Braz Pacheco assinado o editorial, no qual se delinearam as diretrizes do Jornal, designadamente: “pugnar denodadamente pelos interesses materiais e morais da classe que representa; concorrer quanto possível para a educação e moral da classe operária e instrução do povo, defender os que sofrerem injustiças”, prosseguindo noutro texto: “fazermos sentir aos nossos opressores que, pelo trabalho e pela palavra, temos a força precisa para sacudirmos o jugo de ferro que nos quiseram impor, e bem assim demonstrarmos, com argumentos indestrutíveis, que a classe operária desempenha um importante papel no teatro do mundo”.

Mas o jornal atravessava dificuldades, tanto organizativas como económicas e em agosto de 1882 é pedida a colaboração dos seus assinantes e na sequência de várias reuniões, foi decidido criar uma Instituição que desse suporte ao Jornal e assim, em 13 de fevereiro de 1883, numa assembleia geral dos assinantes do semanário, nasceu a Sociedade de “A Voz do Operário”.

Na década de 1880, muitos editoriais do Jornal são assinados por Angelina Vidal, que venceu no Jornal o seu ardor republicano e defendeu os direitos das mulheres e das classes laboriosas, ao mesmo tempo que combateu as injus-

tiças sociais e o obscurantismo.

Na edição de outubro de 1905, que comemora os 26 anos do Jornal, vem o seguinte texto: “É já longo o caminho andado, convivimos; mas é mais longo ainda o caminho a percorrer ... não somos daqueles que desfaleçam, ou a quem o ânimo se lhes entibie. Fiéis ao cumprimento da nossa missão, havemos de seguir avante”.

Nas páginas do Jornal ecoou a alegria da República e a preocupação com o seu desmoronamento.

Em 1923 o Jornal refere que “a perseverança é a arma dos fortes ... e nós todos, os que constituem a massa imensa dos salarizados, que temos um fito, uma aspiração – a emancipação da humanidade sofredora – não podemos parar no caminho andado”.

Na sequência do golpe fascista de 28 de maio de 1926, o jornalista José Fernandes Alves escreve no Jornal que “a ditadura militar não a aceitaremos nós, não a aceitará o povo português, cioso da sua liberdade e das suas regalias” e “sabemos perfeitamente o que se tem passado na Itália e na Espanha, com as odiosas ditaduras de Mussolini e de Rivera, países em que a classe trabalhadora vive esmagada, calcada pelo tacão da bota dos odiosos ditadores”.

A fundação do MUD (Movimento de Unidade Democrática) foi devidamente destacada nas páginas de “A Voz do Operário”, que esteve presente na reunião que lhe deu origem, em 8 de outubro de 1945.

Em 1 de março de 1955, o Jornal é objeto de remodelação gráfica, passando a ser impresso a duas cores, com o título “A Voz do Operário” agora a vermelho.

Naturalmente, a revolução do 25 de Abril de 1974 teve no Jornal um grande destaque e regozijo. Aqui se deu conta dos avanços da revolução e das inerentes melhorias das condições de vida dos trabalhadores e do povo, como se combateu os recuos contrarrevolucionários da política de direita que se seguiu, a qual restringiu muitas das conquistas alcançadas.

Este ano, o Jornal deu mais um importante passo, passando também a ser editado on-line.

Embora em condições distintas, passadas 14 décadas, persiste a exploração e a desigualdade social, permanecendo a necessidade de prosseguir a luta por uma sociedade melhor e mais justa, de que o jornal “A Voz do Operário” sempre foi e continuará a ser mensageiro.

## EDITORIAL

# Há 140 anos a ser A Voz do Operário

Foi há 140 anos que um grupo de operários tabaqueiros fundou o jornal *A Voz do Operário*. Estava fértil de futuro a semente de papel e tinta que as mulheres e os homens desse tempo regaram para erigir aquele que é hoje o mais antigo jornal operário em circulação no nosso país. Por aqui passaram gerações e gerações que fizeram avançar a roda da história no sentido do progresso e da justiça social. Inspirados pela ideia de romper com o silêncio mediático que a burguesia de então impunha sobre as lutas dos trabalhadores, os fundadores deste jornal quiseram dar voz a todos os operários. É quase século e meio de uma trajetória ímpar que não teria sido possível sem a fidelidade aos princípios e ao trabalho coletivo.

Num tempo em que a verdade tem cada vez menos espaço nas rádios, televisões e jornais e em que se usa a mentira para reforçar o poder dos grandes grupos económicos e financeiros, apesar de todos os sacrifícios e dificuldades, *A Voz do Operário* reafirma o seu compromisso com os valores anunciados na sua primeira edição, a 11 de outubro de 1879. Que este jornal prolongue a sua história de resistência pelos tempos sem nunca deixar de se identificar com os explorados.

A prova de que a obra destes operários continua bem viva não está apenas na sobrevivência desta publicação. Os diferentes espaços da Sociedade de Instrução e Beneficência que foi batizada com o nome do jornal são reflexo de uma história de resistência ao serviço dos trabalhadores. Impedir que os filhos dos operários fossem analfabetos esteve na génese das diferentes escolas que foram criadas. Ainda hoje, visitar *A Voz do Operário* é contactar uma instituição que promove o pensamento crítico e a solidariedade.

No próximo domingo, aqueles que trabalham para fazer avançar o país vão ter uma oportunidade para dar expressão à luta de todos os dias através do voto. Acabar com as desigualdades sociais deve ser a prioridade de qualquer deputado que se considere de esquerda e é nesse sentido que o futuro se deve encaminhar. Portugal não pode continuar a ser um poço de diferenças. Não se podem considerar sérios governos que dizem não haver dinheiro para aumentar significativamente os salários mas que continuam a suportar a dívida dos bancos.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária

**a;nd**

Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional



CENTRO DE CONVÍVIO

# Um espaço inclusivo para os mais velhos



Utentes do Centro de Convívio visitam Casa Fernando Pessoa

Entrar n'A Voz do Operário é, muitas vezes, mergulhar numa comunidade de iguais entre diferentes. Acontece tanta coisa ao mesmo tempo entre as paredes da instituição, na Graça, que às vezes quem entre pode não dar-se conta de que está a haver um debate no auditório João Hogan, uma exposição na sala associativa ou uma peça de teatro no salão. É um organismo vivo em que mulheres, homens e crianças são protagonistas de um projeto ímpar que privilegia a interajuda, o respeito e o trabalho coletivo.

O Centro de Convívio é um dos pilares da atividade associativa d'A Voz do Operário. Dezenas de idosos dão corpo aos princípios de solidariedade com atividades que enriquecem a vida de quem nelas participa e também da instituição. Se é certo que muitas vezes se pode achar que as diferentes realidades que habitam a Voz são estanques, a verdade é que elas se inter cruzam e comunicam entre si. Não são poucas as vezes que os mais pequenos realizam atividades em conjunto com os mais velhos.

Um grupo de mulheres conversa entre si enquanto vários homens jogam ao dominó. Idalmina Ribeiro é uma dessas protagonistas. Aos 87 anos, frequenta o Centro de Convívio há cerca de 10 anos. Ao seu lado, Isaltina Dias afirma que tem 84 e vem aqui há sete anos. Maria Almeida está no espaço há cinco anos e tem também 84. Já Francisca Barros é uma veterana. Tem 81 anos mas vem há mais de 20 anos. Maria Bandeira, a mais nova do grupo, tem 77 e frequenta A Voz há apenas dois anos.

O jornalista é imediatamente assaltado por meia dúzia de histórias que ilustram vidas difíceis construídas com muito suor por estas mulheres. Uma delas explica que nasceu em Vila Boim, Elvas, e que comia com a família "uma sardinha para três". O pai achava que só os rapazes é que deviam ir para Lisboa estudar. "As rapa-

rigas não parecia bem". Mas conseguiu vir para Lisboa com uma tia aos 15 anos.

Outra explica que até aos 12 anos andou a apanhar trigo e azeitonas no campo mas que fez a quarta classe e veio depois para a capital trabalhar numa camisaria no Martim Moniz. Duas das mulheres descrevem que foram costureiras a vida toda. "O meu pai fazia calçado para o gado", recorda uma. "Quando fiz a quarta classe estava apta para fazer a primeira comissão mas tinha que se ir a Portalegre. A professora fez um escrito a dizer que eu estava apta para entregar ao meu pai. Ele leu e disse quer era só o que mais faltava eu ir sozinha para Portalegre. 'Fazes a quarta classe e já tens muito'. Depois fui para a costura". As histórias repetem-se sobre um tempo em que o país estava esmagado sob o peso do fascismo. "Para nós raparigas não havia escola e quando eu tinha tinha onze anos passou a ser obrigatório estudar até aos 13. Mas o meu pai teve o desprante de mandar uma carta à minha mãe a dizer que se houvesse alguém que pagasse a multa ele não se importava de pagar para eu não ir para a escola".

Ali ao lado, António Almeida, de 92 anos, Joaquim Lopes Correia, de 87, e Albertino, de 88, estão concentrados no dominó. Vão respondendo às perguntas desfiando vários episódios das suas vidas. São também gente de trabalho. Por trás das peças, há um antigo porteiro de uma pensão, um papelheiro que trabalhava num armazém de papel e um ex-operário da União Fabril que depois foi merceiro.

Mas estas mulheres e homens são já uma família que se dedica a todo o tipo de atividades. Para além das conversas, fazem ginástica, trabalhos manuais e visitas guiadas a diferentes lugares. Todos sentem que ganham em estar aqui. E até têm saudades

quando estão demasiado tempo fora.

Uma das mais faladoras explica que em fevereiro deste ano partiu o fémur e que esteve sete meses em casa do filho a recuperar. "Já tinha muitas saudades". Preocupada com a recuperação, decidiu repetir em casa alguns dos exercícios que fazia n'A Voz do Operário. Quando chegou à fisioterapia, as técnicas ficaram surpreendidas porque achavam que estaria acamada e sem se mexer. "Se eu não tivesse feito aquilo eu não andava como ando".

Mas estas mulheres e homens não são alheios à condição da maioria dos idosos em Portugal e denunciam que "devia respostas e soluções do Estado". Sabem que há muitos reformados e pensionistas que estão sozinhos, praticamente ao abandono. Recordam, então, os diferentes passeios que fizeram com A Voz do Operário. Sintra, a Quinta Pedagógica dos Olivais, o Museu Fernando Pessoa e uma ida ao teatro estão entre as diferentes atividades exteriores que se realizaram no último ano.

Questionada sobre qual é a sensação de trabalhar diariamente no Centro de Convívio, Vanderleia é inequívoca. "É uma aprendizagem. Aprendo todos os dias com eles. Fazemos um pouco de tudo". E concorda que é "como se fosse uma família". De tal forma que quando falta um dos idosos tentam ligar-lhe para saber se está tudo bem.

## Inscrições abertas para o Centro de Convívio

O Centro de Convívio é um espaço aberto e inclusivo onde quem se inscreva pode continuar a desenvolver aptidões até ao fim da vida. "Aqui têm oportunidade de desenvolver atividades e novas experiências, de conhecer outros lugares, de ter acesso a outras informações. Por exemplo, há sessões de informação para a saúde", explica Rita Governo. "Venham conhecer o espaço. Aqui respeitamos-nos mutuamente e tentamos fazer o melhor possível para que estas pessoas se sintam o melhor possível".

Para a inscrição é necessário que se faça sócio d'A Voz do Operário. Para mais informações pode contactar a secretaria do espaço na Graça.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária  
Domingos & Diniz**  
Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%  
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa  
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa  
T. 218 861 649 E. 218 875 213 TM. 919 311 363

## ENSINO

# O seu filho é condicional?

Tatiana Ferreirim, psicóloga

É unânime que os pais desejam o sucesso e felicidade dos filhos. Embora nem tudo possa ser controlado, há decisões na “gestão” parental que poderão ser facilitadoras ou barreiras na vida educativa mas também no bem-estar psicológico e na construção da personalidade. Decidir sobre o ingresso no 1º ciclo quando a criança é “condicional” merece a nossa atenção.

Ser “condicional” significa que a criança faz 6 anos no período compreendido entre 16 de setembro e 31 de dezembro e, portanto, poderá entrar no 1º ciclo ainda com 5 anos ou tendo feito os 6 recentemente. Se tiver vaga depois de todas as crianças, cuja matrícula é obrigatória e ou prioritária, poderá matricular-se. (Ponto 6 e 7, Artigo 5, Despacho normativo 6/2018). Isto significa que a criança vê a sua entrada condicionada à vaga de matrícula. No entanto, a decisão de ir ou ficar no pré-escolar, não deve depender apenas de questões legais. Enquanto pais e educadores, devemos tomar em consideração fatores contextuais e desenvolvimentais que nos podem ajudar a compreender se a criança estará “preparada”. Não conseguindo prever o futuro, podemos no entanto, antecipar e prevenir.

Ter sucesso e sentir-se bem sucedido, no 1º ano do 1º ciclo, é um bom preditor para os anos futuros, dizem os manuais sobre a motivação para a aprendizagem. No nosso entender, “pré-requisitos” como conhecer/dizer o alfabeto, saber contar até determinado número e ler/escrever algumas palavras não significa que se vai adaptar bem à entrada no 1º ano. Em nosso entender este conjunto de conhecimentos não são suficientes. É importante refletir sobre o desenvolvimento da criança e sobre o seu “estar” no contexto como, por exemplo, saber esperar pela sua vez, seguir regras de vida, tolerar a frustração, ter interesse em aprender, entre outros indicadores que também devem ser considerados. Alguns pais e educadores partilham que pensam que ao entrar com 5 anos o filho “vai aprender mais cedo”, “vai crescer mais rápido”.



A decisão de ir ou ficar poderá influenciar o sucesso educativo do seu filho.

No entanto, muitas vezes as exigências são muito superiores ao limite das crianças, levando a que se sintam incapazes quer de aprender, quer de se comportar da forma que esperam dela, podendo criar-se um problema maior do ponto de vista psicológico e emocional. Entre os 5 e os 6 anos, segundo Erik Erickson, a criança preocupa-se que as suas ações sejam aceites e, na sua forma de ver o mundo, considera-se boa ou má consoante é aceite ou não. Este pensamento funciona como um espelho em que a imagem nele refletida é, em grande parte, aquela que interioriza, refletindo-se na observação que faz de si, das suas ações, dos seus conhecimentos e das suas capacidades. Se a criança se vê como trabalhadora e capaz, sente-se competente e, por isso, confiante para ser au-

tónoma e tomar a iniciativa de resolver os desafios com que se depara. Por outro lado, se desacreditar de si vai ter menos vontade de arriscar, de se implicar nas tarefas e de resolver problemas que a desafiam. É por isso importante que ao entrarem no 1º ciclo, as crianças tenham experienciado e experienciem a autonomia e segurança para que possam sentir-se capazes de arriscar. Então e se ainda não têm interesse ou não estão neurologicamente preparados? Não basta sentir-se segura e confiante.

No que respeita ao desenvolvimento das estruturas cerebrais, existem fases de grande evolução (os “pulos”, na gíria educativa) e outras de “amadurecimento”. Nas de “amadurecimento” integram-se as evoluções anteriormente adquiridas. Estas, são tão importantes como os picos de evolução pois estes momentos intermédios servem para consolidar aquilo que foi ganho durante essa “evolução abrupta”, não sendo propício a novas aquisições.

Quando falamos de aprendizagem em contexto de sala de aula, em que as crianças avaliam-se e reconhecem-se comparando-se com os seus pares, preocupamos que possamos estar a sujeitar as crianças, que não estão ainda preparadas, criem uma crença errónea sobre si, afinal, as próprias crianças não têm a noção de que a diferença de quase 12 meses que algumas têm dos seus colegas de turma pode ter influência nas capacidades que uns apresentam e que outros ainda têm dificuldade.

De facto algumas crianças conseguem adaptar-se a estas exigências, no entanto, para outras a exigência é maior do que o suportável e por isso acabam por se sentir incapazes. É comum ver estas crianças desmotivadas e envergonhadas mas a literatura indica também posteriores diagnósticos de dificuldades de aprendizagem e de hiperatividade e défice de atenção em crianças que entraram precocemente na escola.

É claro que também não é assim tão linear mas importa conhecer os riscos para poder decidir em consciência. Na dúvida, converse com a escola e peça ajuda para tomar esta decisão e lembre-se que a decisão de antecipar o futuro não é compatível com o regresso passado.

PUBLICIDADE

**3ª GALA  
DE FADO**  
DÁ VOZ DO OPERÁRIO  
10 NOV.

15H



Reserve já o seu bilhete

1.ª plateia 15 fados  
2.ª plateia 10 fados  
Galerias 7,5 fados

ORGANIZAÇÃO

A VOZ  
DO OPERÁRIOMU  
MUSICALUNDA

21 886 2155 geral@vozoperario.pt

facebook.com/galadefado

## ENSINO

# Sobre as cooperativas escolares

Ivo Serra, Diretor Pedagógico - Restelo e Ajuda

A Voz do Operário concebe o mundo e o seu desenvolvimento a partir de uma lógica materialista e dialéctica. Significa isto que, no nosso entender, o desenvolvimento de qualquer processo, desde o mais pequeno átomo ao mais complexo sistema, se faz a partir da interacção entre determinado objecto ou ser e tudo aquilo que o rodeia. O materialismo dialéctico concebe assim a natureza humana numa perspectiva totalizante, em permanente contacto, em que tudo nela se encontra interligado e interdependente. A par desta conexão entre os elementos, está o seu constante movimento, nem sempre regular e em permanente mutação e desenvolvimento. Assim, a compreensão de qualquer fenómeno ou processo, só pode ser feito eficazmente à luz daquilo que o rodeia, não podendo ser tratado isoladamente, de forma abstracta.

Partindo desta premissa, a organização do trabalho nas escolas da Voz do Operário, concebe todos os processos enquanto decorrentes da relação que cada membro de cada comunidade educativa estabelece com todos os elementos que fazem parte da realidade com que contacta. Desde as experiências no seio familiar até à vida dentro do grupo, o movimento contínuo que daí decorre, do qual a criança faz parte, influencia e por eles é influenciada, é a argila que fornece aos adultos os elementos mais importantes para a organização de instrumentos e processos que visam facilitar e maximizar o potencial de desenvolvimento de cada um.

Neste sentido, as cooperativas escolares são, para além do mais antigo, um dos mais ricos e valiosos instrumentos pedagógicos da Voz do Operário. Estabelecidas há várias décadas, as cooperativas são um instrumento privilegiado de transmissão de valores, ideais e princípios face aos quais A Voz do Operário tem a mais absoluta responsabilidade e dever de promover e jamais vulgarizar, deturpar, trair ou abandonar.

Implementadas na Voz do Operário muito antes da Revolução do 25 de abril, as cooperativas escolares visavam a criação de condições de partida para uma experiência social de aprendizagem das suas crianças que contribuísse para o desenvolvimento de uma consciência de classe, essencial para criação de futuros adultos dispostos a lutar por um mundo livre de opressão e exploração. O triunfo da Revolução de Abril abriu portas para o aprofundamento e disseminação destas práticas educativas, passando estas finalmente a coincidir com a realidade emergente no país. Com o retrocesso civilizacional que se seguiu - e que se faz hoje sentir de forma particularmente gravosa nas gerações mais jovens, através da larga disseminação do pensamento único, baseado na competição enquanto característica aparentemente "natural" da espécie, da meritocracia ou da valorização da atitude de submissão perante a hierarquia individual - a importância da disseminação e aplicação dos princípios das cooperativas tem, mais que nunca, um valor ímpar no processo educativo das crianças d'A Voz do Operário.



Através das cooperativas, as crianças assumem compromissos perante o colectivo.

Porque a gestão de cada cooperativa é feita pelo grupo de crianças que sobre ela exerce controlo, sempre que um ou mais elementos do grupo identificam a necessidade de aquisição de materiais para a concretização de um projecto, de novos materiais para uma das áreas de exploração e trabalho da sala, ou para qualquer outro fim, ela deve ser trazida à discussão colectiva, em conselho de cooperação. Será no conselho que as decisões sobre que rumo se dará à proposta feita serão tomadas, sendo analisadas as condições objectivas existentes para a concretização dessa proposta - a sua pertinência, a prioridade que lhe deve ser dada, o custo associado, entre outros critérios. Para que tal seja possível, é também fundamental a realização de balancetes frequentes, baseados nos registos e análise de entradas e saídas dos valores utilizados, dando os elementos responsáveis por esta tarefa sempre conta de todo o processo ao colectivo.

Através das cooperativas, as crianças e jovens d'A Voz do Operário assumem compromissos perante o colectivo ao qual pertencem, que vão para além do papel individual que têm no grupo. A apropriação de valores como a partilha (do saber, de ideias, de objectivos); o respeito pela opinião do outro (sabendo que, independentemente do grau de concordância, ela terá o mesmo valor de qualquer outra); o dever de cumprimento da orientação definida pelo colectivo (mesmo quando significa uma decisão diferente da da minha preferência); o controlo efectivo sobre os processos de preparação, aquisição, produção e criação de elementos culturais, enriquecedores da vida do grupo; a responsabilidade (de assumir uma

posição e uma opinião pessoais perante o grupo e sobre a própria cooperativa); a autonomia (face às tarefas, processos e obstáculos inerentes aos objectivos definidos), é vivida e marcada pela profundidade formativa e transformadora que o espírito e a estrutura da cooperativa incorporam.

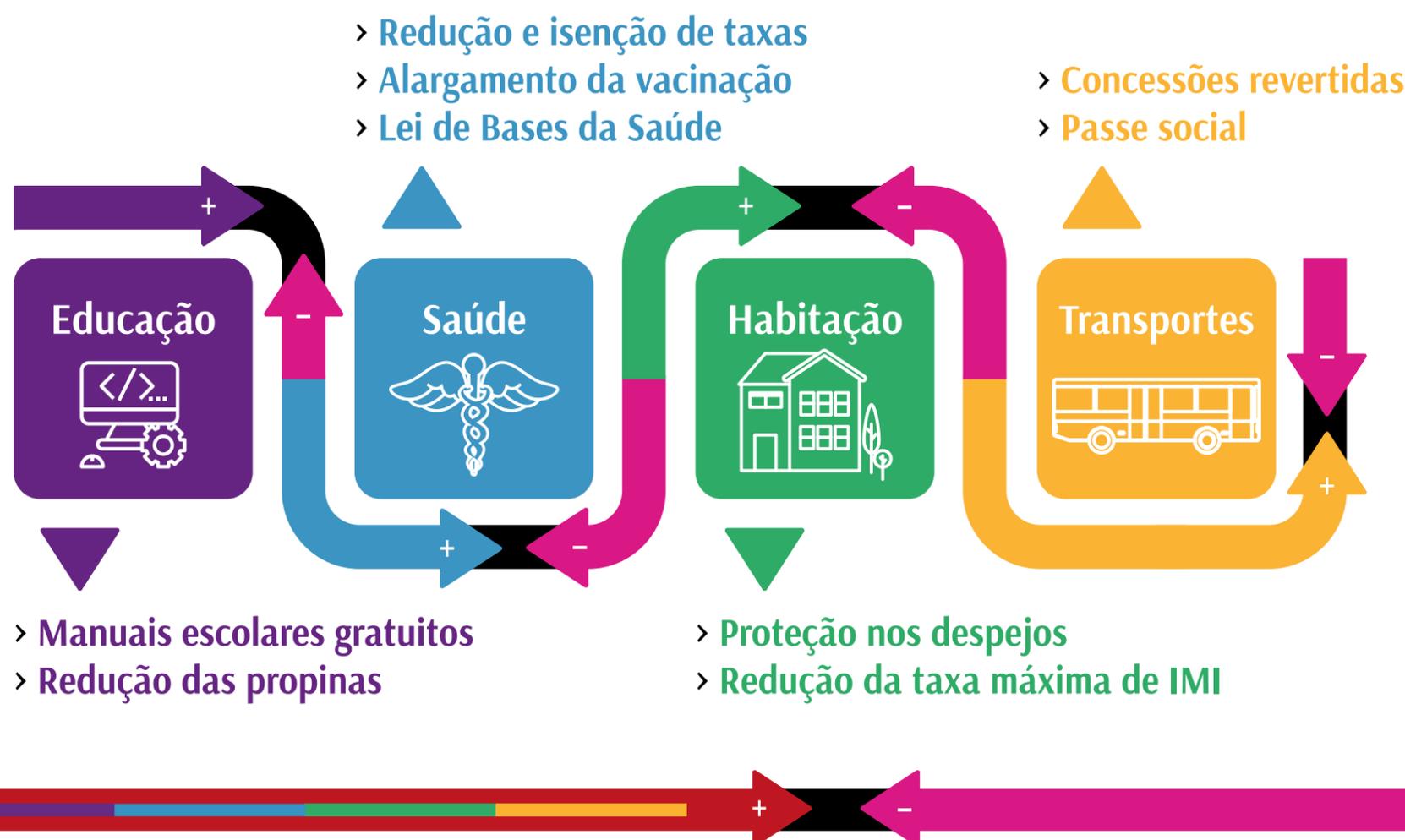
Desta forma, e como nenhum outro instrumento pedagógico, a cooperativa releva o sentimento do poder da acção da criança sobre o meio, promovendo a proactividade, a assertividade e o pensamento crítico individual, mediados, sempre, pela vida do grupo, que deverá ser o principal organismo regulador do espaço colectivo.

As cooperativas são um organismo vivo e como tal, devem ser vistas não enquanto um instrumento estanque, pontual, paralelo e separado da vida diária do grupo, mas enquanto elemento transversal e objecto permanente de potencial facilitação da concretização das necessidades e objectivos de cada grupo.

Assim, para qualquer docente n'A Voz do Operário, desenvolver um trabalho pedagógico de fundo deve ter como inerência o trabalho com as cooperativas, enquanto um dos elementos culturais centrais na vida do grupo. O desenvolvimento de uma relação fluida com este instrumento pedagógico, tal como com qualquer outro, só acontece mediante um contacto e experimentação regulares por parte do grupo com este instrumento e com uma ampla e profunda reflexão por parte do adulto, relativamente não só ao papel que a cooperativa desempenha na vida do grupo, mas também ao papel que o adulto está a desempenhar na vida da cooperativa.

LEGISLATIVAS 2019

# Avanços e bloqueios: a história de uma legislatura



No próximo domingo, quase 11 milhões de eleitores vão estar habilitados para escolher os 230 deputados que vão preencher as bancadas da Assembleia da República durante a XIV legislatura. Para a memória ficam quatro anos de uma solução política que permitiu ao PS governar condicionado pelos partidos à sua esquerda.

A legislatura que agora acaba ficou marcada pela reposição dos cortes nos direitos e rendimentos que tinha sido imposto pelo governo de Passos Coelho e Paulo Portas e pela troika. Em muitas circunstâncias, o PS usou os compromissos com a União Europeia como justificação para não ir mais longe.

**Bruno Amaral de Carvalho**  
**Diogo Jorge**

## Educação

### Manuais escolares

No Orçamento do Estado para 2019, foi consagrado o direito à distribuição gratuita dos manuais escolares, no início do ano lectivo de 2019/2020, a todos os alunos que frequentem a escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação. A gratuidade dos manuais

escolares nos 12 anos de escolaridade obrigatória, abrangendo mais de 1 milhão e 800 mil crianças e jovens, foi mais um passo na garantia de acesso à educação em condições de igualdade.

A distribuição gratuita de manuais escolares é uma medida de enorme alcance social, contribuindo para combater situações de desigualdade no acesso à educação por motivos económicos e sociais.

### Redução das propinas

O teto máximo das propinas, atualmente, nos 1068 euros desceu para os 856 euros, no

ano letivo que agora começou, o que representa uma redução exata de 212 euros por ano. 44.500 estudantes entraram no Ensino Superior, mais de metade na opção preferencial. O número de estudantes colocados na primeira fase de acesso ao Ensino Superior aumentou 1,2% em relação a 2018.

Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MC-TES), houve 51.036 candidatos dos quais entraram nesta primeira fase 44.500: 87,2%. Já 27.280 entraram em universidades e 17.220 em institutos politécnicos, o que significa aumentos de 0,9% e 1,5%

respetivamente, face a 2018. Mais de metade dos alunos (53,1% - 23.625) foram colocados na primeira opção que escolheram, uma percentagem ligeiramente inferior à de 2018 (54,7%). O ministério prevê que em 2019-2020 entrem no ensino superior público 77 mil estudantes.

## Saúde

**Redução e isenção taxas moderadoras**  
As taxas moderadoras representam hoje 2% do orçamento do Serviço Nacional de Saúde.

O parlamento aprovou a gratuidade das taxas moderadoras nos centros de saúde e em consultas ou exames prescritos por profissionais do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Os últimos dados disponíveis, de 2018, indicam que existem 5 770 804 cidadãos isentos de pagar taxas moderadoras, de acordo com a informação prestada pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) ao DN. A maioria (2 671 330) por razões económicas. Mas há também um número significativo de pessoas que não pagou estas taxas por ter menos de 17 anos (1 685 129 cidadãos) ou por ter um comprovativo de incapacidade igual ou superior a 60% (260 836).

#### Vacinas

Alargamento do Programa Nacional de Vacinação - a) Meningite B; b) Rotavírus; c) Vírus do papiloma humano (HPV) para os rapazes (consagração em Orçamento do Estado).

#### Lei de Bases da Saúde

Redução do recurso ao setor privado ao estritamente necessário, quer no que toca às parcerias público-privadas (PPPs), quer no que toca a outros acordos de cooperação e convenções realizadas com instituições do setor social, como as misericórdias.

“Nos últimos anos tem-se assistido a um forte crescimento do setor privado da saúde, quase sempre acompanhado por efeitos negativos no SNS, sobretudo ao nível da competição por profissionais de saúde e da desnatação da procura”, diz o documento que deu origem à lei que foi aprovada na Assembleia da República que também pretende evitar a fuga de médicos.

#### Habitação

##### Despejos

O parlamento aprovou em outubro uma medida proposta que prevê uma duração mínima de um ano para os contratos de arrendamento. A alteração muda, assim, o regime que assumia contratos de duração livre, em vigor desde 2012, com a lei “Cristas”.

Já este ano foram introduzidas alterações legislativas do pacote de habitação que protegem os arrendatários com mais de 65 anos ou com deficiência superior a 60% que habitem na mesma casa há mais de 25 anos.

Nestes casos, a denúncia ou a não renovação do contrato de arrendamento só é possível caso o senhorio precise da casa para si próprio ou para os seus filhos.

##### Redução da taxa máxima de IMI

Redução da taxa máxima de IMI para 0,45%. O PCP ainda propôs 0,4% mas o PS recusou.

### Educação



#### > Manuais escolares gratuitos



> 1.800.000 de crianças e jovens com manuais escolares gratuitos.



#### > Redução das propinas



> Descida de 1068 euros para 856 euros, representa poupança de 212 euros/ano.

> Aumento do número de estudantes nas Universidades e Institutos Politécnicos em 0,9% e 1,5% respetivamente.

### Saúde



#### > Redução e isenção de taxas



> 5 770 804 cidadãos isentos de pagar taxas moderadoras desde 2018.



#### > Alargamento da vacinação



> Alargamento do Programa Nacional de Vacinação: 1) Meningite B; 2) Rotavírus; 3) Vírus do papiloma humano (HPV).



#### > Lei de Bases da Saúde



> Redução do recurso ao setor privado ao estritamente necessário.

### Transportes

#### Concessões revertidas

A Assembleia da República aprovou a reversão das concessões da Carris, Metro de Lisboa, Metro do Porto e dos STCP

#### Passes sociais

Estão em vigor os novos passes e tarifas que englobam todos os transportes públicos dos 18 concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (AML) naquilo que já é considerado o maior avanço na mobilidade urbana desde 1976. Os

utentes passam a poder deslocar-se de forma ilimitada entre os vários municípios com um único passe com o valor de 40 euros mensais e dentro de um único município por 30 euros. Cada família paga agora um único título de transporte - com o número de passes correspondente ao agregado familiar - no máximo de 80 euros. Também os reformados e pensionistas têm um título próprio no valor de 20 euros, válido para toda a AML, sendo que continuam a existir passes municipais com valor reduzido, como o Navegante Urbano, em Lisboa,

com o custo mensal de 14,70 euros.

Os habitantes dos 18 municípios da Grande Lisboa têm agora a possibilidade de se deslocarem mensalmente em transportes públicos ao custo máximo de 40 euros, o que nalguns casos gera poupanças de cerca de 1500 euros anuais.

Segundo a previsão avançada pelo governo, 79 mil toneladas de CO2 poderão deixar de ser produzidas anualmente em Portugal como resultado da implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART).

### Transportes



#### > Concessões revertidas



> AR aprovou a reversão das concessões da Carris, Metro de Lisboa, Metro do Porto e dos STCP.



#### > Passe social



> Os utentes passam a poder deslocar-se de forma ilimitada entre os vários municípios com um único passe com o valor de 40 euros mensais e dentro de um único município por 30 euros.

> Cada família paga agora um único título de transporte, com o número de passes correspondente ao agregado familiar, no máximo de 80 euros.

> Os reformados e pensionistas têm um título próprio no valor de 20 euros, válido para toda a AML.

### Habitação



#### > Proteção nos despejos



> Proteção para arrendatários com mais de 65 anos ou com deficiência superior a 60%.



#### > Redução da taxa máxima de IMI



> Redução da taxa máxima de IMI para 0,45%.

## ANIVERSÁRIO

# Quando a PIDE prendeu o diretor d'A Voz do Operário



Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Fundo documental da PIDE/Registo Geral de Presos (nº 17592)

**Luís Carvalho**, investigador

No dia 16 de Maio de 1947, a PIDE prendeu o então diretor d'A Voz do Operário, Raul Esteves dos Santos. Ele até estava doente e recolhido em casa há já algumas semanas. Mas o seu nome surgiu nuns "documentos apreendidos" e tornou-se suspeito de estar envolvido em "atividades conspiratórias" de um "movimento revolucionário" para derrubar a ditadura. Foi um processo que visou 24 democratas, entre os quais o advogado Vasco da Gama Fernandes, que viria a ser o primeiro presidente da Assembleia da República, e o jovem comunista Carlos Pato, que seria três anos depois assassinado pela PIDE.

Não aconteceu por acaso. Raul Esteves dos Santos era um velho democrata republicano e assumido opositor à ditadura.

## Fundador do MUD

Em 8 outubro de 1945 o diretor d'A Voz do Operário participou na fundação do Movimento de Unidade Democrática (MUD), ao lado de outros diretores de imprensa ligada à oposição à ditadura, como a revista *Seara Nova*, os jornais *República* e *Democracia do Sul* – respetivamente Luís Câmara Reis, Jaime Carvalhão Duarte e Vitor Santos.

Na edição imediata, com data de 4 de novembro, *A Voz do Operário* assumiu a sua "simpatia e aplauso" pelo surgimento do MUD. E afirmou que era essa "a tradição deste jornal".

A retaliação não se fez esperar e logo no dia seguinte, 5 de novembro, as "autoridades" proibiram em

cima da hora uma conferência promovida pel'A Voz do Operário sobre "A Educação do Povo", a ser proferida pelo professor António Ferreira de Macedo, fundador da Universidade Popular Portuguesa e também envolvido no MUD.

Como regime de tipo fascista, a ditadura de Salazar vacilou um pouco perante a derrota das ditaduras fascistas alemã e italiana na 2ª Guerra Mundial, nesse ano de 1945. Foi nessa conjuntura que nasceu o MUD. Por um momento a censura abrandou e Salazar prometeu eleições livres. Mas não passou de uma encenação para segurar o poder e logo recrudescer a repressão.

## Revolucionário do 5 de Outubro

Raul Esteves dos Santos nasceu em Lisboa em 1889. Os nomes das escolas que frequentou sublinham as suas origens humildes: Asilo da Infância Desvalida e Escola da Caridade. Desenvolveu a sua carreira profissional como funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, da CP - Comboios de Portugal e da Direção-Geral de Caminhos de Ferro.

Foi um "revolucionário civil" na implantação da República, em 5 de Outubro de 1910. Fez então parte do grupo que foi buscar a guarda do Parlamento e que prendeu um dos ajudantes do Rei.

Raul Esteves dos Santos defenderia sempre o 5 de Outubro como "um ato revolucionário em que o povo foi o principal protagonista", animado "por um Grande ideal".

No tempo da 1ª República o futuro diretor d'A Voz do Operário foi mobilizado como militar para a 1ª Guerra Mundial e desempenhou o cargo de secretário

do "primeiro-ministro" António Granjo, (em 1921), de dois ministros e de dois governadores civis de Lisboa. Teve uma primeira experiência como diretor de um jornal, chamado *O Grito do Povo*.

## Três vezes preso político

Antes de ser preso pela PIDE em 1947, Raul Esteves dos Santos já tinha sido preso por motivos políticos uma primeira vez em 1918, sob a breve ditadura de Sidónio Pais. O motivo registado foi "por suspeita [de] conspirar contra o actual governo".

Voltou a ser preso político em 1930, numa rusga policial ao seu escritório. Foi então apanhado com cerca de trezentos exemplares de um "escrito clandestino". Eram reproduções de uma carta da prisão escrita pelo republicano Francisco Cunha Leal.

Dessa vez Raul Esteves dos Santos ficou preso por duas semanas. Em 1947 passou 20 dias na Penitenciária de Lisboa. Quando saiu em liberdade, *A Voz do Operário* noticiou o caso da forma que na altura era possível, perante a censura: "Após prolongada ausência motivada em parte por doença, tivemos o prazer de ver regressar às suas funções o nosso querido amigo e director".

## Associativismo

Raul Esteves dos Santos dirigiu o jornal *A Voz do Operário* em 1931/33, 1944/45 e 1947 – datas em que também presidiu à direção da Sociedade de Instrução e Beneficência *A Voz do Operário*. Neste jornal escreveu essencialmente sobre ensino, associativismo, história do trabalho e história d'A Voz do Operário.

Foi também presidente da Federação das Sociedades de Educação e Recreio, da Sociedade de Instrução de Campo de Ourique, além de diretor da *Revista Portuguesa de Comunicações* e dirigente dos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique.

## Democratas republicanos

Raul Esteves dos Santos é representativo do importante conjunto de democratas republicanos que durante a ditadura tiveram um papel destacado na Sociedade *A Voz do Operário*, à qual se uniram pela causa da educação e por encontrarem aqui um espaço de liberdade. Nomes como o poeta Alfredo Guisado, antigo companheiro de Fernando Pessoa no grupo Orfeu; ou António Lomelino, presidente do Centro Escolar Republicano Almirante Reis, a associação onde foi fundado o MUD.

Note-se ainda que entre 1949 e 1953 o jornal *A Voz do Operário* teve um outro antigo preso político como diretor: Domingos da Cruz. Este marinheiro e maçom, deputado da 1ª República, foi preso e esteve deportado entre 1930 e 1932, primeiro nos Açores e depois em Cabo Verde – ainda no período inicial de ditadura militar.

Deram o seu contributo para que *A Voz do Operário* sobrevivesse à ditadura e mantivesse a sua tradição democrática.

ANIVERSÁRIO

# 140 anos de jornal *A Voz do Operário*



**Bruno Amaral de Carvalho**  
**Luís Carvalho**, investigador

Oito anos depois da formação do primeiro governo operário da história com a Comuna de Paris, as mulheres e os homens que defendiam os mesmos princípios e suavam em Lisboa por meia dúzia de tostões na indústria tabaqueira decidiram fazer este jornal. Cumprem-se 140 anos daquele que é hoje o título operário mais antigo do país em circulação. Como afirmou o sindicalista José Gregório de Almeida, em 1938, *A Voz do Operário* nasceu “da luta dos trabalhadores das fábricas de tabaco” face ao seu “esmagamento moral e material”, num tempo em que este era um dos setores operários mais “desgraçados”. Porque a imprensa generalista não lhes dava voz, um grupo de trabalhadores mais conscientes percebeu a importância de terem o seu próprio jornal. O primeiro diretor, Custódio Braz Pacheco, expressou assim a missão deste jornal: “pugnar denodamente pelos interesses materiais e morais da classe que representa; concorrer quanto possível para a educação profissional e moral da classe operária e instrução do povo, defender os que sofrerem injustiças, vexames e violências; promover o desenvolvimento da indústria e do comércio, e trabalhar incessantemente para o bem estar social em harmonia com o presente programa”. Duas notas a sublinhar, o primeiro número d’*A Voz do Operário* já expressava uma certa compreensão do valor da solidariedade internacionalista ao afirmar o propósito de “boa camaradagem” com operários tabaqueiros de outros países e já apresentava algum pendor feminista com um artigo de Maria Amália Vaz de Carvalho. Anos mais, tarde, Angelina Vidal encabeçaria este pro-

jeto com um papel determinante na redação do jornal. Se são indiscutíveis os avanços conquistados pela luta de gerações e gerações de trabalhadores também é certo que as razões que nortearam os fundadores d’*A Voz do Operário* se mantêm vigentes. Fiéis ao compromisso com os trabalhadores e os seus interesses, os diferentes jornalistas e colaboradores que carregaram em ombros o objetivo de conquistar a emancipação social dando voz aos operários através deste jornal assistiram às profundas transformações do panorama mediático e político no nosso país. Não é por acaso que é no dealbar das mais importantes revoluções do século XX que se dão os processos mais profundos de massificação e democratização dos meios de comunicação social. *A Voz do Operário* testemunhou a instauração da República e a imprensa operária multiplicou-se como reflexo da efervescência, da força social e da emancipação dos trabalhadores portugueses. A seguir, a revolução que derrubou o fascismo, em 1974, para além do nascimento de centenas de meios impressos, a nacionalização da banca e dos seguros, detentores dos principais meios de comunicação, traduziu-se na democratização das linhas editoriais de órgãos que durante meio século haviam estado amordaçados pela censura fascista. *A Voz do Operário* que enfrentou a mais longa ditadura da Europa apoiou esse processo.

## Um jornal que olha para o futuro

Durante as últimas décadas, às políticas revanchistas de direita que conduziram à privatização da esmagadora maioria dos órgãos de comunicação social sucedeu-se a extinção de dezenas de títulos de imprensa e a concentração de quase todos os meios nas mãos de uns poucos grupos económicos e financeiros. O contexto mediático atual, com as devidas diferenças, é parecido com o vivido pelos

operários tabaqueiros que não conseguiam ver retratado nos jornais da época a sua realidade e as suas aspirações. Num mundo cada vez mais complexo, só a imprensa livre e democrática pode dar resposta ao recrudescimento do fascismo em todas as suas formas fazendo da verdade uma arma e dando voz às lutas de quem trabalha. Ou seja, a esmagadora maioria da população. *A Voz do Operário* faz parte dessa resistência e procura dar, de acordo com as suas capacidades, aos seus leitores a qualidade, a diversidade e a profundidade do retrato que fazemos de uma realidade cada vez mais exigente.

## Chegar mais longe, chegar a mais gente

Abrir as páginas deste jornal é um gesto repetido por muitos milhares há 140 anos. Atualmente, são muitos os que mensalmente recebem o jornal em casa em todo o país e os que o lêem nos diferentes espaços da instituição. Com uma página própria, *A Voz do Operário* passou a estar disponível também na internet em <http://www.vozoperario.pt/jornal>. Para além desta edição digital, o jornal pretende que mais gente se junte a este projeto e caminhe connosco neste trilho iniciado em 1879. Subscrever este jornal não é apenas assinar uma publicação. É apoiar uma ferramenta cada vez mais necessária diante dos perigos que espreitam e é ajudar-nos a sustentar um projeto que deve ter como principal fonte de financiamento os trabalhadores a quem damos voz.

**Debate: 140 anos do jornal  
*A Voz do Operário***

Segunda-feira, 14 de outubro, 18 horas  
Auditório João Hogan, A Voz do Operário

PEDRO PENILO

# “A história do país vai ficar com um buraco negro”

Na última década, os trabalhadores da cultura irromperam nas ruas para reclamar melhores condições de trabalho e investimento público. A criação do Manifesto em Defesa da Cultura foi o fósforo que incendiou o rastilho de anos de abandono do setor. O artista plástico Pedro Penilo foi um dos fundadores do movimento e não tem dúvidas de que enquanto os governos desprezarem a cultura a luta é para continuar.



Pedro Penilo, um dos fundadores do Manifesto em Defesa da Cultura

Bruno Amaral de Carvalho

## Quais é que achas que são as razões que levam a que os artistas não tenham trabalho ou não consigam sobreviver só disso?

Portugal tem atrasos enormes no seu desenvolvimento cultural. Isto é histórico e implica medidas fortes de combate a esses atrasos. São atrasos que afetam todo o povo português, não é um problema que afeta só os artistas profissionais. Por outro lado, é verdade que mesmo aquele trabalho artístico que é realizado por aqueles que estudaram e se dedicam a esse trabalho a tempo inteiro é, em Portugal, esmagadoramente feito como trabalho não remunerado. É uma coisa de que se fala pouco, mas a maior parte da cultura artística que existe em Portugal não é paga, é feita às custas do esforço e dos meios dos próprios artistas. Há áreas onde isso acontece menos

e outras onde essa é a única maneira de se poder trabalhar. Os meios são muito escassos e chegam a muito pouca gente. Por omissão do Estado, são muito dependentes do mercado, que condiciona a liberdade e a diversidade do trabalho artístico. Fundamentalmente, as dificuldades radicam na falta de apoios financeiros, de oportunidades de trabalho, de equipamentos e de logística que permitam facilidade nesse trabalho e, necessariamente, de encomendas e toda uma série de recursos que, não esgotando todo o trabalho artístico, permitem que esse artístico se faça com alguma qualidade.

## Envolvete-te na criação do Manifesto em Defesa da Cultura. Por que decidiram lançar este movimento?

Em primeiro lugar, havia uma série de ativistas da área artística, mas também de outras áreas da cultura, que tinham atravessado o processo das lutas das Plataformas

das Artes. Foram lutas problemáticas, porque eram processos promovidos, essencialmente, por estruturas empresariais ou por estruturas empregadoras, e, portanto, com objetivos muito específicos que não correspondiam às necessidades da maioria dos artistas que se mobilizou para as apoiar. Esse grupo ativista tinha atravessado este processo com uma reflexão muito crítica, acompanhando mas ao mesmo tempo acumulando uma reflexão do que deveria ser uma luta por outra política para a cultura que verdadeiramente correspondesse às necessidades mais estruturais e gerais da situação da cultura em Portugal. Depois, deram-se os PEC do governo PS e os efeitos da crise financeira mundial em Portugal, a queda do executivo e a vitória da direita nas eleições de 2011. Houve uma reação de toda uma série de personalidades da cultura em torno de uma posição de rejeição não só das medidas mais agudas e gravosas mas, ao mesmo tempo, de toda a tendência de desinvestimento, desresponsabilização do Estado e mercantilização da cultura

que vinha de há décadas. Estas são as duas componentes que de certa forma ajudam a uma tomada de posição que depois incluiu a decisão de criar um movimento.

### Uma das reivindicações é de 1% para a cultura. Porquê 1%?

1% do PIB para a cultura era uma recomendação de uma iniciativa da UNESCO, chamada Agenda 21, onde se propunha que países com uma economia semelhante à de Portugal dedicassem essa percentagem do PIB à atividade cultural. Era uma coisa de que se falava muito em conferências sobre a cultura, em contextos académicos especializados. Havia entre algumas das pessoas que tinham sobrescrito o manifesto e faziam parte do seu nascimento, como Manuel Gusmão, a proposta de que isso pudesse integrar a nossa reflexão e o nosso programa. Nunca foi nossa intenção tornarmo-nos naquilo de que muitas vezes somos apelidados: “o movimento 1% para a cultura”. Até porque a própria proposta é problemática. Aparentemente 1% para a cultura tanto dá para uma política de direita como para uma política de esquerda, embora se possa constatar na prática, e até por uma reflexão mais elaborada, que de facto nunca poderá ser parte de uma política de direita porque entra em conflito com os interesses económicos que se instalam em torno daquilo que se chamam as indústrias culturais. Necessariamente uma mobilização dos recursos do Estado para apoiar a cultura vai tirar o pão de todo o mercado que se instala à volta da produção cultural. Mesmo tendo em conta uma política neoliberal como aquela que tem sido executada em Portugal há sempre um impacto positivo de haver mais dinheiro a circular. Sobretudo numa situação como a portuguesa, que é uma situação de grande miséria e que se aprofundou imenso desde 2008. Com imenso desemprego, estruturas culturais destruídas, abandono da profissão e emigração.

### Vocês conseguiram pôr na agenda mediática e na discussão política a questão do 1%.

Sim. A principal conquista é precisamente termos conseguido colocar na discussão pública e na ação de massas as questões e as exigências da cultura e marcar meia dúzia de eixos importantes na responsabilização do Estado. O cumprimento da constituição, o valor do direito à criação, que é uma exigência vincadamente de esquerda, o direito de todos à criação. Outro eixo de valorização do trabalho na cultura é a luta pelo emprego e contra a precariedade, melhores salários, apoio às estruturas no sentido de permitir melhores condições de trabalho e uma luta muito importante, que não é apenas contra a mercantilização da cultura, mas por um princípio que diz que a cultura tem um valor em si próprio, que não tem preço. Isto para impedir toda uma doutrina que estava a ser promovida de há vários governos para trás no sentido de começar a avaliar o valor económico da cultura. Claro, para depois poderem dizer que a cultura boa era a que tinha sustentabilidade, a que se aguentava economicamente, e que a outra não merecia viver. O 1% para a cultura é a garantia material de que isto se possa realizar, uma política democrática, de esquerda em respeito pela constituição tenha meios para se realizar. Esta exigência, pela sua simplicidade, pelo reconhecimento da generalidade das pessoas, da sua evidência, ganhou um carácter simbólico muito grande, tornou-se muito agregador.

### Até o PS passou a falar disto.

O PS é um caso escandaloso porque nunca teve esta medida no seu programa. E fala disto agora no final da le-



O Manifesto em Defesa da Cultura tem uma ação permanente desde 2011

gislativa. António Costa começou por dizer há um ano na sua reunião com as estruturas em luta que 1% para a cultura era uma coisa para médio ou longo prazo. A expressão comum da maior parte dos governantes, desde o governo de Passos Coelho a António Costa, era sempre de uma certa complacência, não dizer que não mas que era um objectivo mítico. Depois, no fim do ano, começou a dizer que no fundo não sabia muito bem do que é que se estava a falar. Se se estava a falar em 1% do Orçamento, se era 1% da despesa pública no seu todo, se era 1% do PIB. António Costa tem a obrigação de saber do que é que as pessoas estão a falar porque todas estas coisas estão explicitadas no programa do manifesto e em discussões e reflexões que se têm feito durante este oito anos de luta.

### Achas que o primeiro-ministro tenta enganar os portugueses quando vem agora falar durante a campanha em 2% para a cultura?

É uma mistificação. O PS perdeu o comboio, chega ao fim da legislatura sem um pingão de estratégia sobre esta questão. Não restituíram o Ministério da Cultura, que se mantém como uma secretaria de Estado. A história dos ministros da Cultura é uma desgraça. António Costa chega atrasado e quer fazer qualquer coisa e diz qualquer disparate que possa fazer parecer que está à frente. Trata-se obviamente de uma estratégia de mistificação. A exigência que se generalizou nos meios culturais e nas pessoas que se preocupam com as questões da cultura é 1% já como patamar mínimo do Orçamento de Estado, com o objetivo de atingir faseadamente o 1% do PIB.

### Em 2015, o povo português retirou à direita a maioria. Vocês sentem-se também co-responsáveis por essa consequência.

Humildemente, sim. Não falo apenas do Manifesto, falo também do contributo para a unidade de todo um mundo de estruturas, desde os sindicatos até às pequenas estruturas e grupos, todos relacionados com a atividade cultural, que em grande medida ou estavam paralisados ou estavam cada um a trabalhar para seu lado. A criação da plataforma Cultura em Luta foi um momento muito importante de desenvolvimento da luta nesta área. E creio que, salvo as proporções em quantidade, esta luta foi uma das lutas mais marcantes desta última década e tem vindo a crescer.

### O ano de 2018 foi um ano de intensa luta no setor da cultura. Que avaliação é que fazes

### destes últimos quatro anos de governo PS?

Se excetuarmos aspetos positivos que a generalidade dos portugueses sentem com o derrube do governo de direita e a criação de condições políticas para que muitas medidas positivas fossem tomadas, no campo específico da cultura a avaliação é muito negativa. Se há setor em que não se avançou absolutamente nada é este sector. Aliás, continua a ser uma exigência da nossa luta a criação de um programa de emergência porque os danos são terríveis. Há coisas que já não se recuperam e, sobretudo, há uma ou duas gerações de jovens que não tiveram oportunidade de exercer o seu talento e a sua energia na cultura, o que quer dizer que a história deste país vai ficar com um buraco negro. Quando as futuras gerações fizeram a história, o levantamento do património destes anos, vão verificar que não foi apenas aquilo que foi impedido de existir. Mesmo aquilo que aconteceu degradou-se. A necessidade de sobrevivência foi tal que tivemos companhias de teatro a fazerem peças com um elenco reduzido, monólogos, corte de personagens, tudo para poderem sobreviver. Hoje, uma grande parte do tecido social da cultura, por exemplo na área das artes performativas, são empresas unipessoais.

### O Manifesto fez algum tipo de apelo eleitoral?

Sim. O Manifesto teve uma reunião nacional no início deste ano e emitiu um comunicado em que faz uma avaliação muito crítica da governação do PS, afirmando a nossa responsabilidade pela queda do governo de direita e a criação de condições para a tomada de posse deste governo. Acharmos que a própria abertura deste novo ciclo política permitiu também melhores condições para a luta, não permitiu melhores condições para se alcançar aquilo que se queria. Mas a luta intensificou-se e organizou-se melhor.

### Mas qual foi a mensagem eleitoral?

O que nós dizemos em relação a estas eleições é que há estes eixos que nós defendemos. Responsabilização do Estado, defesa do direito de todos a toda a cultura, o direito de todos à criação, a defesa do trabalho contra a precariedade, contra o desemprego, contra o trabalho não remunerado e exigência de 1% para a cultura do Orçamento de Estado como patamar mínimo e 1% do PIB como objetivo a alcançar. Isto deve ser, na nossa opinião, aquilo que deve orientar os portugueses para distinguirem os partidos que se empenharam nesta luta daqueles que estiveram fora dela.

## CULTURA

# Nós e os Outros

No dia 19 de setembro, no âmbito do *Festival Todos*, os alunos d'A Voz do Operário apresentaram o espetáculo *Nós e os Outros*, encenado por Bruno Cochat. O espetáculo resultou de um trabalho em torno do conto *Os Barrigas e os Magriços*, de Álvaro Cunhal.

## Da sala de aula para o festival

Tudo começou há um ano, com o objetivo de integrar nos conteúdos escolares a celebração dos 40 anos do 25 de Abril. Sandra Pina Pereira, coordenadora pedagógica do 2.º ciclo d'A Voz do Operário, conta que “desde o início que se pretendeu que este fosse um projeto anual e interdisciplinar.” E as metas foram, desde logo, definidas. “Estipulámos dois produtos finais: uma apresentação à comunidade, usando a área de expressão dramática [que teve lugar em junho], e a edição de um livro. Foi com grande satisfação que percebemos que os conseguiríamos cumprir”.

Posteriormente, o coreógrafo Bruno Cochat (que é também professor de expressão dramática do 2.º ciclo) recebeu o convite para ser artista convidado no Festival Todos e percebeu que havia uma relação entre a questão central da peça e a proposta do festival. Para a versão apresentada no festival, Bruno Cochat optou por não localizar a ação explicitamente no 25 de abril. Os “Barrigas e os Magriços”, deram lugar aos “Nós e os Outros”, explorando sempre a dicotomia dos lados, instigando reflexões e interpretações. Bruno Cochat destaca o recurso a frases ambíguas (“num país distante, ou não”; “há muito tempo, ou não”) que tiveram como intuito provocar um questionamento sobre a fragilidade dos direitos e liberdade que damos como adquiridos no presente. A organização do espaço do espetáculo também foi pensada para criar uma maior imersão na narrativa. “Gosto muito desta ideia de fazermos um espetáculo no meio das pessoas, e curiosamente nesta versão resolvi pôr o público em dois lados opostos, remetendo à temática do espetáculo. O público vê o outro lado

do público, e vê sempre um lado das coisas: nunca nos podemos esquecer que só vemos um lado. Mesmo quando temos ideia que somos muito isentos. As coisas só se tornam certas quando temos todos os mesmos direitos”.

O espetáculo contou com o acompanhamento musical do pianista Filipe Raposo. O músico integrou o projeto numa fase avançada, quando estava já definida uma estrutura, o conteúdo dramático e existia uma proposta de repertório selecionado pelo encenador. Assim, coube a Filipe Raposo dar o seu contributo na releitura da intenção dramática demonstrada pelo encenador. “Tentei perceber quais as características principais daqueles temas e fazer a minha leitura musical de forma a poder usar os meus próprios temas e interpretações.” Desta experiência, Filipe Raposo destacou ainda a relação entre a escola e os alunos, naquilo que caracterizou como uma troca saudável de ideias: “Havia um gesto de partilha muito interessante, uma verdadeira democracia no uso da palavra, sem receio e sem medo de críticas, abrindo o coração para aqui que sentiam. Fiquei muito impressionado”.

## Nós e os Outros, o livro

O trabalho em torno do conto de Cunhal resultou num livro, numa parceria entre A Voz do Operário e a editora Página a Página - já responsável pela edição do conto *Os Barrigas e os Magriços*. Trata-se da adaptação da mesma história e respetivas ilustrações, elaboradas pelos alunos, que tiveram a oportunidade de trabalhar com o acompanhamento da ilustradora Susana Matos, responsável pelas ilustrações do conto de Álvaro Cunhal.

## Histórias com os idosos do centro de convívio

Outra das vertentes que a parceria entre a Voz do Operário e o Festival Todos incluiu foi o trabalho com os idosos,



O trabalho das crianças resultou na edição de um livro

utentes do serviços d'A Voz do Operário. O projeto Arquivo Diários procurou levar a cabo um trabalho em torno das memórias afetivas. Ao longo de três sessões, foram recolhidas memórias autobiográficas com vista à construção de um portefólio.

Os músicos Pedro Salvador e Mariana Badan foram responsáveis por levar música a casa de 5 utentes do apoio domiciliário e ao centro de convívio. Rita Governo, diretora de Serviços Sociais d'A Voz do Operário valoriza esta parceria, com resultados surpreendentes junto de uma população muito isolada. “Todas as pessoas a quem levámos o projeto demonstraram que ganharam muito com aquela interação. A música tem um poder incrível sobre as pessoas. No ano passado houve uma senhora, que nunca vai à rua porque teme desequilibrar-se, que na primeira música se levantou para dançar sozinha. Acabam por ser momentos de muita partilha”.



## ...regulamentos, fiscalização e tabelas

O uso de alguns instrumentos, incluindo aqueles que fazem parte do nosso quotidiano, é desde há muito condicionado: um automóvel para circular nas estradas tem de fornecer garantias de segurança nos travões, nas luzes, na suspensão, na direção e é sujeito a inspeções periódicas cujo resultado, juntamente com o documento comprovativo das suas características específicas, deverão permanentemente acompanhá-lo.

Exigências semelhantes, a outra escala, mas de igual responsabilidade, ocorrem, por exemplo, em

milhares de cozinhas do nosso país, com a mangueira que liga o fogão a gás ao sistema de abastecimento e que requer inspeção periódica e atenta.

É por todos reconhecido e está na base do conceito de Estado que compete à governação de cada país regulamentar e fiscalizar todas as atividades que possam afetar a segurança e o bem-estar individuais, familiares ou coletivos.

Em muitos países e até há bem pouco tempo em Portugal, antes da invasão neoliberal, os diversos estabelecimentos hoteleiros eram classificados e para isso era lhes exigido o cumprimento de padrões de qualidade edificada e funcionamento a que correspondiam níveis de preço: as estrelas, que obrigatoriamente exibiam à porta, permitiam a qualquer utente saber quanto iria pagar, se dispunha ou não de casa de banho privativa, a dimensão dos quartos, se dispunha ou não de bar ou sala de música e tudo o mais que o ajudasse a escolher e decidir consoante as suas necessidades e posses.

E para tudo isso havia autoridades que fiscalizavam e classificavam e desclassificavam.

Então, ousa-se perguntar: porque razão não olham

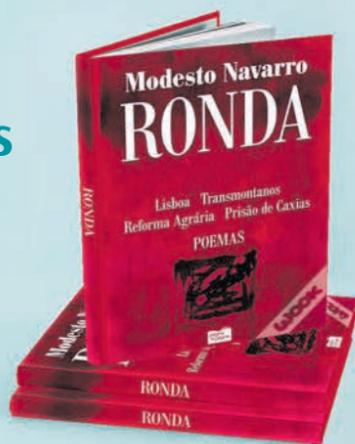
hoje os governos com essa mesma atenção para o problema da habitação e do alojamento para o maior número?

Atualmente, a intervenção estatal no campo da atividade imobiliária (estiolada como está a construção direta) consiste na emissão de licenças de ocupação, de âmbito municipal, a que se segue um alheamento quase total em relação ao funcionamento do imóvel, à degradação que venha a sofrer às abusivas alterações a que estão sujeitos quando são relançados no mercado (quantas casas de banho interiores e sem ventilação haverá depois de obras em fogos “renovados”? ou dependências subdivididas em áreas tão exíguas que nem cumprem hoje regras que veem do início do século passado?)

Para quando a monitorização do parque imobiliário e uma correta relação (com a intervenção reguladora e fiscalizadora do Estado, obviamente) entre a renda e as características do objeto de arrendamento (áreas, equipamento, conservação e índices de conforto)

Para quando uma renda verdadeiramente justa?

Francisco da Silva Dias

A VOZ  
dos livrosOs universos temáticos  
de Modesto Navarro

O discurso literário de Modesto Navarro, a sua parte substantiva e a mais consequente ao longo da sua vasta obra ficcional, reside na memória, nesse acervo que recolhe as emoções, o júbilo, as dores de um percurso de vida e as suas singularidades. A autoficcionalidade dessa obra transporta no seu bojo temático, as origens, logo, a sua Vila Flor natal, a forja onde trabalhou com os irmãos e o pai, vertical e austero, a mãe, com a qual se fez sensível e atento às coisas do mundo, a biblioteca, quase interdita, da Câmara Municipal, as leituras iniciáticas por alguns livros, à margem dos consensos estreitos da época, os seus conterrâneos e os afectos, o café onde todas as notícias desaguavam, a dureza de uma existência sempre precária. Depois, a escrita do primeiro livro de contos, *Libelo Acusatório* (1968), a descoberta da cidade grande, a publicidade, a militância política, a guerra colonial, o convívio com grandes autores, Saramago, Manuel da Fonseca, Orlando da Costa, Augusto da Costa Dias, a prisão em Caxias.

Este vasto universo vivencial de Modesto, percorrerá grande parte da sua ficção, desaguando nesse delta épico que é *A Oitava Colina* e, um romance formalmente menos conseguido, *A Capital do Império*, por onde as memórias de um jovem mancebo, aguardando guia de marcha para a guerra colonial, em Moçambique, percorre as margens de uma Lisboa fechada nos silêncios brumosos do salazarismo.

É ainda este envolvimento entre ficção e realidade, que Modesto Navarro traz para o seu mais recente título, *Ronda*. Trata-se de um livro em prosa poética por onde a memória sensitiva do autor de *Contos Transmontanos*, percorre a Lisboa dos dias resistentes, a evocação dorida e nostálgica das gentes do seu território afectivo (Trás-os-Montes), o júbilo e a desilusão do que foi a mais bela conquista do 25 de Abril, a Reforma Agrária, e os dias insanos, os verdugos e a insídia dos dias de cárcere em Caxias, o recordar das feridas: *Daqui só se vai de três maneiras, dizia. Ou se fala a bem, ou se fala destruído, ou não se fala e então é ida para o manicómio e nunca mais se tem consciência.*

Modesto Navarro, fez ainda uma incursão marcante pela literatura de género, pelo policial progressista, na senda do que acontecia em Cuba por esse tempo, com nomes como Alberto Molina. São de Modesto, sob o pseudónimo Artur Cortez, alguns estimáveis romances como *Morte no Tejo*, *A Morte dos Anjos*, *A Morte do Artista*, *Morte no Douro* e *Condenada à Morte*, que foi Prémio Caminho de Literatura Policial, em 1991. O romance *O Deputado*, uma das últimas incursões de Modesto pelo género, é uma corajosa denúncia de um dos políticos mais corruptos do pós-25 de Abril.

Domingos Lobo

## SAÚDE

PSP usa força  
contra sindicalistas

Sebastião Santana, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (CGTP), estava em reunião com uma representante da ministra da Saúde quando recebeu uma mensagem no telemóvel. Os seus camaradas estavam a ser expulsos à força pela PSP do átrio da entrada do ministério enquanto decorria o encontro. Imediatamente interrompeu a reunião e abandonou a reunião em protesto. Os trabalhadores exigem uma resposta da ministra Marta Temido à aplicação do contrato coletivo para os trabalhadores dos hospitais EPE (Entidade Pública Empresarial) das carreiras gerais. Sebastião Santana considerou “desproporcionada” a forma como as forças de segurança trataram os trabalhadores.

Ao *AbrilAbril*, o dirigente explicou que os sindicatos e as direções dos hospitais chegaram a acordo, em julho,

quanto à contagem do tempo de serviço para funcionários administrativos e técnicos superiores, mas as decisões só entram em vigor quando a ministra validar o acordo.

“Quando tomou posse, a ministra disse que ia regularizar os vínculos; ora, o seu mandato acaba no dia 6 de Outubro e deixa os trabalhadores com as suas vidas por resolver”, denunciou ao *AbrilAbril*.

A Federação contesta ainda que tenham ficado de fora da última passagem às 35 horas os funcionários do Hospital de Braga, no qual, entretanto, foi revertida a PPP (parceria público-privada) mas onde se mantém a legislação laboral do sector privado.

De acordo com Sebastião Santana, há trabalhadores no Hospital de Braga a ganhar 519 euros por mês, muito abaixo «dos 635 de mínimo para a administração pública».

## LABORATÓRIO NACIONAL

## Trabalhadores do LNEC em luta

Os trabalhadores precários do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) manifestaram-se contra os atrasos que os mantêm na precariedade. Em causa estão 111 investigadores que concorreram ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP) e cujos processos tiveram parecer positivo das Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB) mas que, até agora, continuam a aguardar pela homologação dos seus processos pelo governo

e pela abertura dos concursos de integração. Destes 111 processos, 25 são de bolsas já cessadas. Em declarações ao *AbrilAbril*, Joaquim Ribeiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (CGTP), sublinhou que há 25 trabalhadores gravemente prejudicados, porque o atraso no processo fez com que tivessem, entretanto, visto as suas bolsas de investigação terminar, ficando sem receber qualquer remuneração.

## RTP

## Protesto inédito contra UGT

Os trabalhadores da RTP que protestaram em frente ao Conselho de Ministros, em Lisboa, dirigiram-se, depois, para a sede da UGT, central sindical que votou contra a integração de 47 funcionários nos quadros da rádio e televisão pública. Também o Ministério das Finanças votou contra. Já o Ministério da Cultura e a CGTP deram um parecer favorável.

“Viemos hoje aqui porque estamos indignados com a situação”, afirmou Nelson Silva, da subcomissão de trabalhadores da RTP Porto, ao *Dinheiro Vivo* dando ainda conta de que iria ser também entregue um abaixo-assinado, com assinaturas de colegas do quadro da RTP que consideram que os trabalhadores de outsourcing são colegas iguais, mas sem os mesmos direitos.

O secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, juntou-se ao protesto dos trabalhadores com vínculos precários da RTP, em frente ao Conselho de Ministros, exigindo que se faça justiça dentro da empresa. “São trabalhadores que correspondem a necessidades permanentes da RTP, sujeitos a ordens hierárquicas. Portanto têm um vínculo com a RTP. Estamos aqui a reclamar que, depois de a CAB ter



Os trabalhadores da RTP exigem a integração nos quadros de todos os trabalhadores em regime de outsourcing

reconhecido a necessidade permanente destes trabalhadores, agora reconheça aquilo que é evidente: um vínculo adequado, e o vínculo só pode ser à RTP”, concluiu Arménio Carlos.

## BREXIT



Corrida contra o tempo em Londres

# Cronologia de um divórcio

A história da relação do Reino Unido com a União Europeia (UE) é um percurso conturbado. Líderes conservadores como Margaret Thatcher e David Cameron usaram, no passado, a retórica eurocética. Não tanto porque estivessem contra o projeto iniciado em 1952 com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. O perigo de um pólo económico que desse mais força à Europa continental, sobretudo à Alemanha, deixou sempre o Reino Unido de pé atrás. Os interesses contraditórios entre as diferentes potências económicas da UE aprofundaram a distância. Não é por acaso que Londres decidiu não fazer parte da moeda única. O receio de perder soberania monetária e a rejeição pública ao euro afastaram Tony Blair da decisão.

É assim que se percebe o desejo de ruptura, à direita, com a UE. Se, em 1993,

o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP, na sigla em inglês) era uma pequena formação política sem peso, em 2004, alcançou o terceiro lugar nas eleições ao parlamento europeu. Nas eleições seguintes, passou para segundo e primeiro lugar consecutivamente. A saída da UE, sobretudo, perante a crise económica que, entretanto, irrompeu, passou a estar no debate político e continua a encabeçar sondagens.

Em 2013, o então primeiro-ministro conservador, David Cameron, que no ano anterior tinha rejeitado a ideia de referendar a saída UE, anunciou que convocaria uma consulta se fosse eleito em 2015. Conseguiu ser eleito novamente e anunciou o referendo para 23 de junho de 2016 mas afirmou que se demitiria se ganhasse o Brexit, o que acabou por acontecer. Durante a con-

sulta, 51,8% dos votantes escolhem sair da UE contra 48,2% que optaram pela permanência. Na Escócia, onde cresce o independentismo, e na Irlanda do Norte, região que assistiu durante décadas à luta dos republicanos pela integração na República da Irlanda, ganhou a permanência.

Em outubro de 2016, a nova primeira-ministra, Theresa May, entregou uma carta ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, invocando o artigo 50 com o objetivo de conduzir a saída do Reino Unido a 29 de março de 2019. No ano seguinte, em junho, Theresa May foi eleita sem ter a maioria no parlamento. O Partido Conservador foi, então, obrigado a governar com o apoio do Partido Unionista Democrático da Irlanda do Norte. Contudo, em março deste ano, apesar de ter sido anunciado um acordo

entre o Reino Unido e a UE para a saída, em novembro de 2018, o parlamento chumbou duas vezes o entendimento e Theresa May acabou por se demitir no fim de maio abrindo caminho à substituição por Boris Johnson.

## Futuro incerto

Se o processo de saída da UE estava agendado para começar a 31 deste mês e acabar a 31 de dezembro de 2020, com o parlamento britânico em ebulição é ainda incerto como se vai dar o Brexit. Seguramente nada será como dantes com o Supremo Tribunal a considerar ilegal a decisão do primeiro-ministro de suspender a câmara dos deputados. Já antes da suspensão, foi promulgada uma lei por iniciativa da oposição e de um grupo de deputados conservadores que determina que o governo tem de pedir um adiamento da saída da UE se até 19 de outubro não conseguir aprovar um entendimento com Bruxelas.

## Operação Yellohammer

O relatório secreto que o governo britânico foi obrigado a divulgar, depois de a imprensa ter publicado algumas partes, revela o que pode acontecer ao Reino Unido caso não haja acordo com a UE em relação ao Brexit. Transportes, eletricidade, alimentação, Irlanda do Norte e Gibraltar são alguns dos temas que preocupam as autoridades.

O documento do governo britânico protesta ainda contra aquilo que diz ser a falta de simpatia dos Estados-membros da UE com Londres, “sob pressão” da Comissão Europeia: “Muitos Estados não demonstram disposição para negociar bilateralmente ou adotar medidas de proteção unilaterais. Embora alguns deles, assinala o relatório, sejam mais compreensivos”.

## CHINA

# 70.º aniversário da revolução chinesa

Quando a revolução chinesa triunfou há 40 anos, a China era um país mergulhado na pobreza mais absoluta e devastado pela guerra. Hoje, é a segunda potência mundial prestes a alcançar os Estados Unidos.

Foi a 1 de outubro de 1949 que se proclamou a República Popular da China. Há 70 anos, Mao Tse Tung consagrava o triunfo da revolução chinesa com a derrota das tropas republicanas conduzidas por Chiang Kai-shek na guerra civil que durou de 1946 a 1949, depois do fim da ocupação japonesa do país. O Exército Popular de Libertação, sob a liderança do

Partido Comunista da China, precipitou a fuga do líder republicano para a ilha de Taiwan e a consequente desmoralização dos soldados do Kuomintang.

A revolução popular, que unificou o país pela primeira vez, expulsou as forças estrangeiras e estabeleceu um governo centralizado, foi a consequência de um processo iniciado por estudantes e intelectuais do Movimento 4 de Maio na Praça Tiananmen em 1919, do qual surgiram os líderes que fundaram o Partido Comunista. Poucos anos depois, Mao Tse Tung caracterizou a sociedade chinesa como sendo feudal e, como tal, havia que orga-

nizar os camponeses e os trabalhadores agrícolas para transformar a sociedade.

Em 1978, a China era ainda um país de 800 milhões de pessoas com enormes bolsas de pobreza e um PIB de 150 mil milhões de dólares. Hoje, são 1,38 mil milhões de habitantes e um PIB de 12 milhões de milhões, de acordo com dados da ONU.

## Tensão em Hong Kong

É cada vez mais claro que os manifestantes em Hong Kong querem muito mais do que o fim da polémica lei de extradição

proposta pelo governo local que ia permitir que cidadãos desta ex-colónia britânica pudessem ser julgados na China. À medida que as autoridades locais foram recuando, os massivos protestos que colapsaram as ruas de Hong Kong foram mostrando que exigem muito mais do que isso. Dependendo de que ponto de vista se olhe para os acontecimentos, há quem diga tratar-se de uma batalha pela liberdade de uns ou de uma batalha pela soberania nacional de outros. A verdade é que são evidentes os apelos de muitos líderes opositores à intervenção de forças estrangeiras na tensão interna.

## CINEMA



“Marighella” estreou na Berlinale com manifesto político

## Marighella, 50 anos depois

Em novembro, assinalam-se 50 anos do assassinato daquele que chegou a ser considerado o inimigo “número um” da ditadura brasileira. Carlos Marighella foi abatido numa emboscada da polícia em São Paulo na noite de 4 de novembro de 1969. Na época, o histórico comunista liderava a Ação Libertadora Nacional, organização armada opositora.

Meio século depois, com vários dos membros do governo e deputados do partido de Jair Bolsonaro a elogiarem muitos dos torturadores e militares da ditadura, o cancelamento da estreia do filme *Marighella*, realizado por Wagner Moura, fez reavivar as tensões

na indústria audiovisual brasileira.

Em comunicado, produtora O2 Filmes explicou que a biografia do ex-deputado e guerrilheiro Carlos Marighella “não conseguiu cumprir a tempo todos os trâmites exigidos pela Ancine (Agência Nacional do Cinema)” para conseguir uma verba pública para distribuição. Tanto a distribuidora do filme, Paris Filmes, como fontes da Ancine ouvidas pela edição brasileira do *El País* afirmaram que a produção, até o momento, não sofreu “pressões políticas” e que a sua trajetória transcorreu com normalidade, ainda que dificultada pela morosidade devido às turbulências administrativas da própria

entidade. A verdade é que a sombra dos tempos que se vivem no Brasil deixam a suspeita de que possa ter havido mão do governo.

Em julho, Bolsonaro chegou a ponderar a extinção da agência caso não pudesse criar um “filtro de conteúdos”. Também criticou publicamente um edital destinado a canais públicos de televisão para financiamento de filmes com a temática LGBT, que, logo depois, foi suspenso pelo Ministério da Cidadania. Também veio a público que a Embaixada do Brasil em Montevideo tinha recomendado a não exibição de um filme sobre Chico Buarque num festival uruguaio que tinha apoio do governo brasileiro. Já o filho do presidente, Carlos Bolsonaro, comemorou a decisão da Ancine de negar recursos ao filme *Marighella*.

Na semana passada, o jornal Folha de S. Paulo noticiava que o júri que atribuiu a Chico Buarque o Prêmio Camões aguarda há vários meses a assinatura do presidente Jair Bolsonaro para desbloquear a verba a atribuir ao cantor e escritor brasileiro. É uma situação inédita no maior prêmio literário do mundo lusófono que se pode dever à posição crítica de Chico Buarque em relação ao presidente brasileiro. O mesmo artigo antecipava que a decisão deve ser analisada por Jair Bolsonaro que terá de pagar metade do prêmio de 100 mil euros.

Por sua vez, o filme *Marighella*, à espera de data para estrear no Brasil, continua a ser exibido com sucesso em vários festivais de cinema por todo o mundo. Esta produção está inspirada na biografia do guerrilheiro urbano escrita pelo jornalista Mário Magalhães, que acompanha os últimos cinco anos de vida de Marighella, do golpe militar de 1964 ao seu assassinato, em 1969. O cantor Seu Jorge interpreta a figura do guerrilheiro comunista que continua a incomodar o fascismo meio século depois.

Precisamente em 1939, então dirigente do Partido Comunista Brasileiro, foi preso e torturado acabado por escrever no Presídio Especial de São Paulo um dos seus poemas mais conhecidos, *Liberdade*, publicado postumamente em *Poemas: rondó da liberdade*: “E que eu por ti, se torturado for, possa feliz, indiferente à dor, morrer sorrindo a murmurar teu nome”.

### Sugestões culturais:

**Flores da Calçada, Pedro Serpa**  
**Tinta da China**



Pedro Serpa (1978) tem o hobby da fotografia desde os 15 anos. Há, nas suas fotografias, uma prevalência do preto e branco, que neste livro ganha uma dimensão e textura singulares através das opções da edição (também da sua responsabilidade), numa impressão inusitada, em papel baço e poroso. Neste seu primeiro livro, reúne uma seleção de trabalhos dos últimos 5 anos, onde nos abre a janela para a intimidade das pequenas coisas.

**Museu da Música Mecânica**  
**Pinhal Novo**



Este raro museu exhibe mais de 600 peças que produzem música por sistemas exclusivamente mecânicos. Raridades do fim do século XIX até aos anos 1930, todas em funcionamento. Desde as mais antigas caixas de música de cilindro de madeira e de metal às mais recentes e populares grafonolas, e peças tão raras como o disco mais pequeno do Mundo ao lado do maior disco do mundo, criado pela Pathé.

**Emília, de Claudio Tolcachir**  
**Teatro da Politécnica**



Os Artistas Unidos levam a cena, até 19 de outubro, a peça do ator, dramaturgo e encenador argentino. “Estamos mesmo alheados daquilo de que os outros precisam? Onde nasce este afastamento? Por alguma razão, todos se amam e essa razão nem sempre é o amor. Talvez o refúgio que Emília procura encontrar nesse antigo amor e na sua família seja a sua ruína. O seu sacrifício. Ou a salvação?”

**Apocalypse Now: Final Cut**  
**Francis Ford Coppola**



Dia 20 de outubro, às 16h, no Grande Auditório do CCB. Em 2001, Coppola pôde repor uma série de cenas que tinha sido obrigado a retirar para encurtar o filme, e estreou a versão Redux, com 202 minutos. Mas assinalando os 40 anos do filme, Coppola supervisionou uma nova montagem e uma versão digital 4K, com um profundo trabalho sobre o som, e assumiu-a como a versão definitiva. Em estreia em Portugal.

## MÚSICA

## 3.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário

A 3.ª Gala de Fado já tem data marcada. A Voz do Operário e a produtora Música Unida anunciaram que o evento vai ter lugar no dia 10 de novembro, pelas 15h, no Salão de Festas d'A Voz, em Lisboa. Este ano, a iniciativa musical vai ter dois momentos principais: o espetáculo de vários fadistas convidados e a atribuição de prémios a figuras que tenham contribuído para a história do fado enquanto expressão cultural.

Entre os artistas confirmados para o espetáculo musical estão Cláudia Picado, Diamantina, Joana Amendoeira, Sandra Correia, Natalino de Jesus, Marco Oliveira, Pedro Moutinho, Fernando Santos e Humberto Olímpio. Os bilhetes custam entre 7,50 e 15 euros e servem para ajudar A Voz do Operário a angariar fundos para as obras de requalificação do Salão de Festas.

Esta gala distingue-se, por isso, também pelo seu caráter solidário, com a participação voluntária de todos os artistas, tendo também como objetivo a divulgação do fado enquanto expressão cultural e o reconhecimento público dos seus protagonistas. A organização revelou também os homenageados deste ano para as repetidas categorias: Prémio Tributo, Ricardo Ribeiro; Prémio Compositor, Luísa Amaro e Carlos Manuel Proença; Prémio Lisboa, Esmeralda Amoedo; Prémio Solidariedade, Paulo de Carvalho; Prémio Popular, Vítor Miranda; Prémio Carreira, Rodrigo e Cidália Moreira; Prémio Divulgação, Claf – Amigos do Fado; Prémio Artes e Espectáculo, Simone de Oliveira; Prémio Poesia e Literatura, Torre da Guia; Prémio Revelação Soraia Cardoso e Luis Carlos.

A ligação entre A Voz do Operário e o fado remonta à sua criação, no final do século XIX. Ao longo da sua



A iniciativa realizar-se-á dia 10 de novembro, às 15h

história, foram inúmeras as personalidades deste género musical que apoiaram a instituição através de espetáculos. Também as páginas do jornal foram sempre um espaço aberto para muitos autores darem a conhecer os seus poemas e defenderem o fado enquanto expressão cultural das classes trabalhadoras.

## MEMÓRIA

## Roteiro da solidariedade em Peniche

Numa iniciativa que assinalou as 100 mil visitas à exposição “Por teu livre pensamento” na Fortaleza de Peniche, onde vai nascer o futuro Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) lançou um roteiro que leva os visitantes a percorrer locais de Peniche associados com a solidariedade da população para com os presos políticos.

O roteiro, que poderá ser feito através de visitas guiadas ou de forma livre pelos visitantes, recorrendo a audioguias, inclui 44 pontos da cidade ligados à luta travada pela população contra a ditadura e à solidariedade que os locais tinham para com os presos e as suas famílias.

A distância entre Lisboa e Peniche, na época, era de quatro horas e os familiares dos presos tinham de ficar alojados na cidade na véspera das visitas em pensões ou casas particulares. Do roteiro, fazem parte a Residencial Aviz, local de alojamento, e outras cinco casas de locais solidários com os presos. O antigo restaurante Nabéu e a mercearia de José da Costa são outros dos pontos incluídos no plano de visitas.

À Lusa, Manuela Bernardino, do comité central do PCP e fundadora da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, contou que, durante os seis anos em que teve o companheiro preso em Peniche, a sua família tinha na cidade duas casas alugadas, que “na noite de sábado para domingo estavam abertas” a fa-

miliares de outros presos.

No mesmo quarto, descreveu, chegavam a dormir várias pessoas, e recorda, sublinhando, que a solidariedade entre familiares na partilha de transporte e no alojamento fazia parte do “dever cívico de poder contribuir para que a prisão fosse menos penosa”.

O roteiro conta ainda com passagens pelo posto da GNR e pela antiga esquadra da PSP, onde houve detenções e interrogatórios de presos, pelo local onde esteve sediada a Comissão Democrática Eleitoral de 1969, pela Associação Recreativa de Peniche, onde o PCP realizou, após o 25 de Abril de 1974 a sua primeira sessão pública para agradecer a solidariedade da população local para com os presos e resistentes antifascistas, e ainda por espaços públicos da cidade onde ocorreram importantes concentrações de luta dos pescadores.

O concurso de 2,5 milhões de euros para a criação do museu nacional deverá ser lançado até final deste ano, adiantou a diretora-geral, Paula Silva. A empreitada, explicou, visa criar zonas expositivas e um percurso museológico entre os vários edifícios e dotar o museu de acessibilidades, climatização, gabinetes técnicos, arquivo e biblioteca, recepção, loja e livraria, uma cafetaria e instalações sanitárias.

A iniciativa tem também o apoio da União de Resistentes Antifascistas Portugueses e da autarquia local.

A Voz  
do Operário  
há 100 anos

## O aniversário d'A Voz do Operário

Passou ontem mais um aniversário da fundação do jornal *A Voz do Operário*. [...] A história d'essa época está escripta, a traços negros, em relatórios que viram a luz da publicidade, na reminiscência de quantos soffreram as consequências d'essa odiosa escravidão e de quantos a ella assistiram.

Lá fóra, porém, surgia o clarão vivido da revolta. Karl Marx, essa figura austera de luctador, com a cooperação de Engels, o sabio illustre, cimentára os alicerces da fundação da Internacional, lançando no espirito dos trabalhadores sentinelhas de luz, dando-lhes o conhecimento exacto das origens dos males sociaes, apontando-lhes a terra da promessa, fazendo écoar, através das fronteiras, o seu grito vibrante - Proletarios de todos os paizes, uni-vos! que era o clarim chamando todos os salarizados ao combate e fazendo-lhes vêr que a emancipação dos trabalhadores tinha de ser obra dos próprios trabalhadores.

A fundação da Internacional, cujo aniversário passou ainda ha dias - 28 de setembro - seguiu-se o movimento da Communa de Paris. Esse movimento suffocado no sangue bom e generoso do povo francez, agitou e convulsionou todo o mundo.

Claro que acontecimentos d'esta ordem tinham forçosamente de se reflectir no nosso paiz. E assim, devido ao esforço e á tenacidade de José Fontana, fundava-se entre nós a Fraternidade Operaria. Foram os manipuladores de tabaco, talvez pela circumstancia de ser uma das classes mais exploradas, os primeiros a accorrer ao chamamento. Constituindo a sua associação, elles ergueram em face do capitalismo oppressor, o seu rubro estandarte de revolta. E na historia da Fraternidade Operaria figuram, como elementos de destaque, camaradas d'esta classe.

À fundação da associação de classe, que ainda se ergue, como reliquia d'esse periodo agitado, tinham de se seguir outros trabalhos, todos tendentes a libertar a classe do jugo que sobre ella pesava. E foi d'ahi que surgiu o jornal, como porta-estandarte das reclamações dos manipuladores de tabaco. Um grupo de camaradas reuniu para o effeito, e lançou, as bases para esse commettimento ousado. A Voz do Operário surgiu á publicidade, dirigida por Custodio Braz Pacheco, essa figura de luctador, de quem nos recordamos com saudade.

5 de outubro de 1919